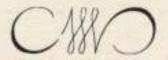
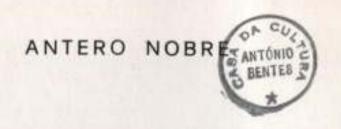
ANTERO NOBRE

OUTE OILHIAMENSES OUTE MUTTO HIOMERAMEA AM SUAM THE IR IR AM

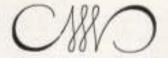


Rua D. Francisco Gomes FARO





OUTE OILHIAMENSES OUTE MUTTO HIONERARAMI AM SUAM TEER IR AM



OLHÃO / 1987

Na nossa Cronologia Geral da História de Olhão da Restauração, publicada no ano passado, indicámos as datas do nascimento e morte de alguns olhanenses cuja vida, pela envergadura intelectual ou razões similares, de certo modo considerámos

como marcos na história cultural do povo olhanense.

A alguns desses olhanenses notáveis dedicámos já trabalhos especiais, que por ai correm em letra de forma, como por exemplo: O Homem que venceu o Mar — Patrão Joaquim Lopes (Faro, 1950), O Poeta João Lúcio (Olhão, 1981) e O Doutor Fernandes Lopes (Olhão, 1984). E não só por isso, mas principalmente porque têm na sua terra natal monumentos, ou simples lápidas evocativas, que perpectuam a sua memória, e foram recentemente evocados em celebrações diversas, são hoje em dia

sobejamente conhecidos dos seus conterrâneos.

Outras dessas grandes figuras da grei olhanense são, porém, completamente ignoradas das novas gerações olhanenses e esquecidas das mais velhas, a despeito de
algumas delas terem os seus nomes inscritos há muito nas esquinas de ruas da terra
que lhes foi berço e de nós lhe havermos dedicado não poucos artigos da longa série
que, sob o título de Gente Grada da Vila de Olhão e seu Termo, publicámos em 1968
e 1969 no semanário Povo Algarvio, de Tavira, Por isso entendemos dever dedicarlhes também trabalhos especiais, o primeiro dos quais é o que hoje apresentamos aos
leitores com a valiosa ajuda de A Voz de Olhão.

Janeiro de 1987

A. N.

DR. ESTEVÃO AFONSO

(1813-1888)

Médico, filantropo e grande paladino das ideias liberais, que se notabilizou nas lutas entre os partidários de D. Pedro e de D. Miguel, depois nas barricadas republicanas de Paris, e sobretudo durante a epidemia de cólera morbus que grassou no Algarve em meados do século XIX. Nasceu em Olhão, numa casa da Rua que hoje se chama de Miguel Bombarda, em 6 de Agosto de 1813, e era filho do então alferes e depois capitão de Ordenanças Estevão Afonso e de sua mulher Maria Tereza.

Em 1833, com 20 anos incompletos, Estevão Afonso alistou-se no Batalhão de Voluntários de Olhão, entrando assim nas lutas entre pedristas e miguelistas, que então atingiam o seu ponto culminante no Algarve e fariam da sua vila natal um dos mais fortes baluartes das ideias liberais; e recebeu logo o posto de tenente, que depois lhe seria confirmado pelo Duque da Terceira e em que viria a ser reformado em 1864. Durante essas lutas, e não só em Olhão mas em muitas outras terras do Algarve e do Alentejo, distinguiu-se de tal maneira pela sua bravura e apego às ideias liberais, que foi condecorado com a Medalha pela Liberdade; e o prestígio que logo de início grangeou na sua terra foi tal, que ainda em 1833 o escolheram para desempenhar as funções, então criadas, de Provedor do Concelho de Olhão e, três anos depois, para ocupar o cargo de Administrador do Concelho, que substituíu aquele.

Vitoriosa a causa de D. Pedro, Estevão Afonso foi para Lisboa, afim de estudar os preparatórios de ingresso na Escola Médico-Cirúrgica, mas ao que parece pouco tempo ali se demorou; e em 1841 ou 1842 encontra-se já em França, frequentando a Sorbone (Universidade de Paris), onde vem a formar-se bacharel nas ciências físicas e doutor nas ciências médicas, após um curso exemplaríssimo. A sua vida de estudante aplicado não o impede, todavia, de se alistar, ao lado dos estudantes franceses republicanos, para as lutas que destronaram Luís Filipe e implantaram a segunda república em França, batendo-se heroicamente nas célebres barricadas de Paris.

Em 1847 está de novo em Portugal, envolvido no movimento revolucionário do Porto, chefiado por Costa Cabral; mas em fins daquele ano volta a Paris, onde casa com D. Lúcia Clara Josefina Braucellard, senhora de excelsas virtudes, de quem teria numerosos filhos, que foram troncos originais de algumas das mais distintas famílias olhanenses. Em meados de 1848, porém, já está a exercer as funções de Médico Municipal na vila de Almada e, so que parece, também a prestar serviços

médicos no Lazareto de Lisboa; e em 1850 fixa-se definitivamente em Olhão, onde, durante os quarenta anos seguintes, seria Médico do Compromisso Marítimo e exerceria, cumulativa e sucessivamente, outras funções importantes, como as de Presidente e Vereador da Câmara Municipal, Juiz Ordinário, Juiz de Direito Substituto, Procurador do Concelho à Junta da Província, Guarda-Mór de Saúde e Médico Municipal. E a sua influência política local, durante todos esses anos, foi notável; embora filiado no Partido Regenerador, gozou sempre da consideração e do respeito de toda a gente, mesmo dos seus adversários do Partido Progressista. Foram estes, até, quem tomou a iniciativa e promoveu as grandes homenagens que, depois da sua morte, Olhão prestou à sua memória, e lhe erigiu o túmulo-monumento que

ainda hoje se vê no cemitério da sua terra natal.

Em 1856, um violento surto de cólera morbus avassalou todo o concelho de Olhão e grande parte dos concelhos de Faro e Tavira, causando grande número de vitimas logo nos primeiros dias; de tal forma, que se gerou o pânico entre as populações, desnorteando as próprias entidades que deveriam tomar as convenientes medidas sanitárias e fazendo fugir muitos dos que poderíam ajudar a debelar o mal. O Dr. Estevão Afonso, porém, não perdeu a serenidade; e auxiliado pelo seu cunhado Dr. José Maria de Pádua, enfrentou destemida e abnegadamente a epidemia, acorrendo a todos os locais onde a doença se manifestava com maior intensidade, tomando todas as medidas necessárias, tratando todos os doentes. Em Olhão, Faro, Estoi, Santa Bárbara de Nexe, S. Bras de Alportel e Tavira, sobretudo na Fuzeta e Moncarapacho, que foram as localidades mais afectadas pelo mal, e não so nas povoações, mas nos campos, por muitas léguas em redor daquelas, o Dr. Estevão Afonso foi incansável na prestação dos necessários cuidados clínicos e no apaziguamento dos ânimos apavorados, acudindo prontamente a todos os enfermos sem cuidar da remuneração do seu trabalho, fornecendo os medicamentos indispensáveis sem querer saber do respectivo pagamento, aos mais pobres deixando ainda d'nheiro para os tratamentos e para a alimentação das familias cujos chefes estavam impossibilitados de trabalhar, todos animando e encora ando com as suas palavras e com o seu exemplo, que ultrapassava o simples cumprimento dos deveres profissionais e se situava no campo da pura filantropia. Conta-se até que, para animar os doentes e sobretudo para encorajar as famílias desmoralizadas pelo terror, muitas das quais abandonavam apavoradas os entes mais queridos, receando o contágio, - chegou a despir-se e meter-se na cama dos doentes, com um sangue frio e uma coragem inauditas e dando provas de uma abnegação sem limites. A sua acção foi de tal modo edificante, na altura do surto de cólera morbus, e revestiu-se de tamanho altruismo, nela tendo dado tantas provas de competência profissional, caridade e abnegação, que a Câmara Municipal de Olhão, em 19 de Setembro de 1856, e a Câmara Municipal de Tavira pouco depois, passaram-lhe espontaneamente atestados dos seus bons serviços durante a epidemia, que são autênticos diplomas de mérito e filantropia.

A benemerência do Dr. Estêvão Afonso não se manifestou, porém, apenas por ocasião da epidemia de cólera morbus. Durante o quasi meio século em que exerceu clínica na sua terra natal foi, como de facto lhe chamou o povo, um autêntico Pai dos Pobres, pois nunca curou do pagamento dos serviços profissionais fosse a quem fosse, e recusava até receber os seus honorários de médico do Compromisso Marítimo, quando este atravessava as suas frequentes crises financeiras. Po suidor de razoáveis bens de família, a sua bolsa estava sempre aberta e pronta para socorrer todos os necessitados e acudir a todos os aflitos; e nas épocas de crise local, não poucas vezes as suas reservas de víveres foram postas à disposição dos seus conterrâncos mais pobres. A sua caridade era tanta para os que precisavam, que dava até a roupa

que trazia vestida; e podendo ter deixado uma boa fortuna aos filhos, deixou-lhes apenas um nome honrado, como ele próprio dizia. Chegou, mesmo, a merecer a censura de alguns amigos, por dar tudo quanto possuía aos pobres; mas respondia-lhes invariavelmente com esta frase: «Pois se eu nasci nu!...» Assim grangeou a estima, a admiração, o respeito e a gratidão não só dos seus conterrâneos, mas do Algarve inteiro; e mereceu, mesmo, que o Rei, galardoando o seu espírito de caridade, lhe concedesse, em 12 de Novembro de 1874, a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

O Dr. Estêvão Afonso morreu, vitimado por dolorosa e longa doença, em 31 de Julho de 1888; e o seu funeral constituíu grandiosa manifestação de pesar, em que se incorporaram milhares de pessoas de todo o Algarve, empunhando tochas acesas, como era uso na época, e formando longas alas nas ruas do percurso do cortejo fúnebre. O féretro foi então depositado em jazigo de família, no cemitério de Olhão; logo no ano seguinte, porém, foi solenemente trasladado para o túmulo-monumento, singelo mas significativo, que os seus admiradores lhe ergueram no mesmo cemitério, por subscrição aberta entre o povo olhanense, mas para que contribuiram muitos outros algarvios, através de listas abertas pelo jornal farense Distrito de Faro. Em 1894, a Câmara Municipal de Olhão, homenageando tão inclito olhanense, inaugurou no seu salão nobre um retrato do Dr. Estêvão Afonso, pintado por sua filha D. Lúcia Clara Braucellard Afonso, e deu o seu nome a uma rua da Vila; e em 1969, por iniciativa e proposta do autor destas linhas, a mesma Câmara Municipal concedeu--lhe também, a título póstumo, a Medalha de Ouro da Vila de Olhão da Restauração, na classe de Abnegação e Filantropia, única de tal classe e grau até hoje concedida pela Edilidade Olhanense.

II

DR. JOÃO JOSÉ DE SIMAS (1813-1879)

Médico muito distinto, que nasceu em Olhão a 20 de Fevereiro de 1813 e morreu em Lisboa a 1 de Junho de 1879, o Dr. João José de Simas doutorou-se em Medicina na Universidade de Paris e bacharelou-se em Letras na Universidade de Mompilher. Nada conseguimos saber, porém, da sua vida anterior à formatura naquelas Universidades, famosas no seu tempo e ainda hoje, nem sobre a sua família olhanense. Aliás, da sua vida após a formatura sabemos também apenas que em 1848 (a 27 de Dezembro) foi encarregado do Hospital do Cólera, no Bairro Alto, em Lisboa; que em 1850 foi nomeado médico extraordinário do Hospital de S. José, também em Lisboa; que foi igualmente médico dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e médico da Real Câmara; que foi em 1844 o fundador da Revista Médica de Lisboa e colaborador assíduo de todas as revistas portuguesas de Medicina do seu tempo; que compôs um Formulário para uso dos doentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, contendo mais de cem fórmulas farmacêuticas; e foi um dos mais conceituados clínicos da capital, no seu tempo. Mas, sabe-se igualmente que possuiu as comendas da Ordem de Santiago da Espada, de Portugal, e da Ordem de Isabel a Católica, de Espanha, e que foi cavaleiro da Legião de Honra, da França, o que mostra, sem possibilidade de contestação, haver gozado de grande prestígio, tanto no seu País como no estrangeiro,

III

DR. JOSÉ MARIA DE PÁDUA (PAI) (1831-1891)

Médico, magistrado judicial e músico, o Dr. José Maria de Pádua foi uma das mais notáveis figuras do seu tempo na vila de Olhão, onde nasceu em 13 de Junho de 1831 e onde morreu a 18 de Março de 1891. Formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, regressou à sua terra natal imediatamente após a conclusão do curso e ali casou com uma irmã do seu colega Dr. Estêvão Afonso, dando origem a uma família que foi das mais distintas de Olhão e de onde sairam alguns outros médicos

notáveis e até um professor universitário de Medicina.

O Dr. José de Pádua começou a notabilizar-se na sua terra pela valiosa colaboração que deu ao seu cunhado Dr. Estevão Afonso, na altura da epidemia de cólera
morbus que, em 1856, avassalou o concelho de Olhão e grande parte dos concelhos
de Tavira e Faro, e que ambos enfrentaram destemida e abnegadamente. Mais tarde,
como homem bom do seu concelho, assim sempre ali considerado, elegeram-no Juiz
Ordinário efectivo para o exercício de 1858 a 1861 e Juiz Ordinário Substituto para
os anos de 1862 e 1863; e em 1876 e 1881 a 1884 exerceu, por escolha do respectivo
titular, as funções de Juiz de Direito Substituto da então recencriada Comarca Judicial de Olhão. Entretanto, e por eleição directa do povo olhanense, desempenhara
as funções de Presidente da Câmara Municipal nos biénios de 1864-1865 e 1866-1867,

nessa altura muito contribuindo para a futura criação daquela Comarca, Além de médico, com grande clientela e prestígio na sua terra natal, de verdadeiro filantropo pela forma abnegada como sempre exerceu a sua profissão, e de magistrado judicial distinto, o Dr. José de Pádua foi também grande pianista, compositor e regente musical de muito mérito, como tal ainda hoje lembrado nos meios musicais portugueses. Como compositor deixou uma Missa (para três vozes e orquestra) que ficou célebre no seu tempo e durante muitos anos se cantou nas grandes solenidades religiosas de todo o Algarve, e publicou vários trechos para piano e numerosas peças para Bandas Militares, por estas e pelas Filarmónicas de todo o País ainda hoje frequentemente executadas. As suas principais composições foram, todav i, marchas funebres, género para que parecia ter especial inclinação e de que ignalmente publicou alguns trabalhos de mérito. Como regente, mostrou o seu talento e tornou-se conhecido principalmente à frente do Clube Verdi, orquestra formada por 23 instrumentos de corda e de sopro, por ele fundado em Olhão em 1870 e que se tornou célebre em todo o Algarve pelos concertos de música clássica efectuados durante anos seguidos na sua terra natal e em outras cidades e vilas algarvias; e ainda à frente da Filrmónica Euterpe, por ele também fundada no me mo ano de 1870 e que foi a primeira filarmónica que existiu em Olhão.

IV

DR. JOÃO DE MENDONÇA CORTÉS (1838-1912)

O Dr. João José de Mendonça Cortês, que era este o seu nome completo, Par do Reino, estadista, professor catedrático, historiógrafo e cientista, nasceu em Olhão a 9 de Janeiro de 1838 e faleceu em Paris a 24 de Fevereiro de 1912.

Nada conseguimos saber da sua vida anterior a 1861, ano em que se doutorou em Direito e Ciências Naturais na Universidade de Coimbra, esta de que foi nomeado lente em 1863 e lente catedrático em 1868. Em 1865, porém, fora já nomeado, por seus altos méritos, para fazer parte da comissão, presidida por Alexandre Herculano, que se incumbiu de coligir os documentos referentes à História da Igreja em Portugal, tendo escrito um extenso e erudito proémio para o primeiro tomo dessa obra e oferecido os seus honorários para custear a respectiva edição. Eleito depois deputado pelo Algarve, ingressou na política e foi Ministro da Fazenda do Governo presidido pelo Visconde de Sá da Bandeira; mais tarde, em 1876, foi encarregado de reorganizar os arquivos do Tribunal de Contas, trabalho sobre o qual publicou vários relatórios de muito interesse bibliográfico, e ainda naquele ano foi eleito director do Banco Lusitano, de que dois anos depois seria presidente. Em 1879 foi nomeado Par do Reino e também Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, cargo este cujo exercício o obrigou a deixar a cátedra da Universidade de Coimbra. Envolvido em certa altura num processo que o inutilizou para a vida política, e embora a Câmara dos Pares o tenha absolvido, reabilitado e reintegrado nas suas funções, emigrou para Paris e lá faleceu.

Como cientista, apresentou em 1881, ao Governo, vários modelos de sua invenção para aplicação da electricidade como força motriz das locomotivas, modelos que não foram aceites em Portugal, mas mais tarde foram aproveitados e postos em prática na França e na Alemanhã. Inventou também um obturador especial de espingarda, que foi executado com êxito pelo nosso Arsenal do Exército, e um novo propulsor para barcos de fundo chato e para rios de pequena profundidade, que substituía os remos. Resolveu ainda o problema de dar relevo às cartas topográficas com rigor e precisão na escala vertical igual à que elas tinham então na escala horizontal, tirando patente dessa invenção.

Além do proémio do primeiro tomo da Manumenta Historica Eclesiae, escrito em latim e a que já acima nos referimos, publicou mais os seguintes trabalhos: Se a organização do Júri entre nós precisa de algumas reformas e, no caso afirmativo, quais devem ser (tese escrita em latim), 1861; Sintese da receita e da despesa do Estado para o ano de 1873-74 e para o ano de 1875-76 — Estudos de Finanças, 1874; Oração por ocasião da visita de El-Rei D. Pedro V à Universidade de Coimbra; Tratado de Finanças; História das Finanças Portuguesas; Coleçção de Legislação sobre o Recrutamento; e Indice de Legislação Prática desde o «Codex Vetus» até ao

presente.

O Dr. João de Mendonça Cortês colaborou ainda nos jornais Primeiro de Janeiro e Diário Popular e foi proprietário da Livraria Bertrand, de Lisboa, desde 1878 até ao seu falecimento.

V

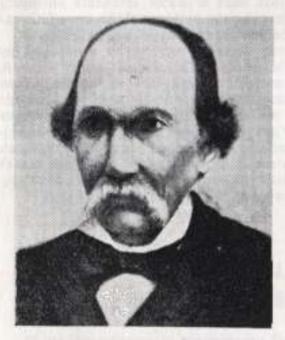
MIGUEL AYRES (1858-1947)

Miguel das Mercês Ayres de Mendonça, que ficou mais conhecido apenas pelo nome literário de Miguel Ayres, nasceu em Olhão a 22 de Setembro de 1858. Foram seus pais António José Ayres de Mendonça e Maria do Carmo Carolina Lopes de Mendonça, aquele pertencente a uma das mais distintas famílias olhanenses do seu tempo e figura de prestígio local como solicitador de causas nos Tribunais de Olhão.

Miguel Ayres nunca possuiu outras habilitações literárias além do exame de instrução primária, feito na escola régia da sua terra natal; mas, os excepcionais dotes de inteligência que possuia e o seu grande amor ao estudo permitiram-lhe a aquisição, como simples auto-didacta, de uma vasta culture geral, que faria dele não só um funcionário competentissimo na profissão que escolheu, mas ainda um dos mais altos valores intelectuais da sociedade olhanense. Desde muito novo empregado como auxiliar de seu pai, nas suas funções forenses, sucedeu-lhe depois, em 1880, como solicitador de causas; mas, desempenharia estas funções apenas durante dois anos, pois em 1882 era nomeado Escrivão-Notário Interino do 2.º Ofício do Tribunal Judicial da Comarca de Olhão, cargo em que se conservaria até 1900, ano este em que foi nomeado Escrivão-Notário Substituto do 1.º Ofício do mesmo Tribunal. Em 1926, tendo sido extintos os cargos de Escrivães-Notários, foi finalmente nomeado Notário Efectivo do 2.º Cartório Notarial de Olhão, lugar em que se aposentaria três anos depois (1929).

Miguel Ayres foi, sem dúvida e como já dissemos, um funcionário judicial competente e mesmo exemplar, que muito dignificou as Justiças de Olhão; mas, não foi como funcionário que ele principalmente se notabilizou na sua terra natal e sim como escritor de muito mérito, sobretudo como dramaturgo, e como pintor de extraordinárias faculdades. Os seus Contos Olhanenses, em número superior a oitenta, muitos deles publicados nos jornais Correio Olhanense, Correio do Sul e O Olhanense, mas na maioria ainda infelizmente inéditos, são pequenas obras primas da literatura do seu gênero, que fariam figura em qualquer antologia; e algumas das suas peças teatrais, que mereceram até ser representadas mesmo fora dos pequenos palcos olhanenses para que tinham sido escritas, e por artistas profissionais, mostram perfeita arte na modelação das personagens, na arquitectura teatral e no próprio diálogo.

A estreia de Miguel Ayres como escritor teatral — que foi, ao que cremos, para ele próprio, a revelação das suas faculdades de escritor - verificou-se com uma revista de costumes locais em 1 acto, que ficou célebre no seu tempo; intitulava-se No País da Murraca, foi musicada pelo Dr. Bernardino Adolfo da Silva e teve a sua estreia no teatrinho do Grémio Olhanense, em 1910. A esta revista seguiram-se depois: O Lobo, comédia dramática de costumes rurais (a acção passa-se em Moncarapacho), em 3 actos, estreada em Abril de 1911, também no palco do Grémio e alguns anos depois levada novamente à cena, por mais de uma vez, no Cine-Teatro Salão Apolo; A Leitura da Peça, comédia em 1 acto, estreada ainda no teatrinho do Grémio Olhanense, em 1914; Myosotis, comédia em 3 actos, representada pela primeira vez no Cine-Teatro Salão Apolo, de Olhão, em 1922, pela Companhia Elvira Bastos — Ribeiro Lopes, então em digressão pelo Algarve e que a incluíu depois no seu reportório, representando-a em vários palcos de outras localidades portuguesas; Urtigas, comédia dramática em 4 actos, estreada em Dezembro de 1923 no Cinema--Teatro, de Olhão, por um grupo teatral constituído pelas actrizes profissionais Henriqueta Fernandes e Mily Portela (ambas do Teatro Apolo, de Lisboa) e por amadores olhanenses, entre estes Mário Mascarenhas, que teve uma actuação digna de um grande artista, que na realidade era, grupo que depois fez uma larga digressão pelo Algarve e pelo Baixo Alentejo com essa mesma peça; A Lenda de Marim, comédia dramática em 3 actos, representada pela primeira vez em 1927 no Cinema-Teatro de Olhão pela Companhia dirigida pelo actor profissional Rafael de Oliveira, que depois a representou em outros palcos algarvios e, mais tarde, em 1929, repetida em Olhão por amadores dirigidos pelo actor profissional Dias Monteiro, que com ela realizou também uma larga digressão por vários teatros algarvios e alentejanos; As Maçãs, opereta em 1 acto, com música adaptada de vários compositores, repre-



Dr. Estevão Afonso



Miguel Ayres



Dr. Paula Nogueira



Dr. Estevão Vasconcelos

sentada peia primeira vez em 1928 no Cine-Teatro Salão Apolo, de Olhão, por um grupo de amadores locais; e Sape Gato, comédia em 3 actos, de costumes locais,

concluída em 1932, mas que não chegou a ser representada.

É de notar que Miguel Ayres não só escrevia as suas peças, mas pintava também os respectivos cenários, mostrando para a cenografia uma aptidão muito especial. Aliás, e como também já dissemos, Miguel Ayres foi ainda um pintor de arte de muito mérito: os seus pincéis fixaram os arredores de Olhão e os aspectos mais típicos da própria vila em óleos por vezes primorosos e sempre de uma luminosidade excepcional, raramente conseguida até pelos mais célebres pintores do sol, do céu, do mar e da terra algarvios. Alguns dos seus melhores quadros figuram hoje em lugar de muito apreço de não poucas galerias particulares e em museus regionais, e não fazem má figura ao lado das obras mais representativas de alguns pintores de escola, que deixaram nome na história da pintura portuguesa.

Miguel Ayres faleceu em Olhão no ano de 1947 e está sepultado no cemitério local.

VI

DR. PAULA NOGUEIRA (1859-1944)

O médico-veterinário e agrónomo Dr. João Viegas Paula Nogueira, que foi Senador da República, Director da Escola Superior de Medicina Veterinária, cientista dos mais notáveis e escritor da sua especialidade dos mais reputados de Portugal, nasceu em Olhão aos 10 de Junho de 1859 e morreu em Lisboa a 16 de Dezembro de 1944.

Formado pelo antigo Instituto de Agronomía e Veterinária, iniciou a sua vida profissional como fiscal sanitário da Câmara Municipal de Lisboa e inspector sanitário do Mercado Geral de Gados, da mesma cidade. Grande propagandista das ideias republicanas, foi eleito Senador em 1918 e nesse mesmo ano nomeado também Director dos Serviços de Instrução Agrícola do Ministério da Agricultura e Director da Escola Superior de Medicina Veterinária, cargo este último que exerceria até 1929, ano em que se aposentou por haver atingido o limite de idade, sendo então nomeado Director Honorário da mesma Escola. No ano seguinte, tendo em atenção os seus notáveis trabalhos de investigador, foi dado o seu nome ao Laboratório daquela Escola, precursor do actual Laboratório Nacional de Patologia Veterinária.

Durante a sua longa carreira de professor e cientista tomou parte em numerosos congressos internacionais da sua especialidade, onde apresentou notáveis trabalhos, nomeadamente no Congresso da Tuberculose (Coimbra-1895), Congressos Veterinários Internacionais de Berna (1885), Baden-Baden (1899) e Londres (1914), Congresso de Patologia Comparada de Paris (1912) e Comité Internacional de Epizotias, de Paris (1911). Entre outras obras, publicou as seguintes: Ensaio de Bactereologia Prárica, 1893; Micróbios e Vacinas, 1886; As Ilhas de S. Miguel e Terceira, 1894; O Novo Tratamento da Difteria, 1895; A Tuberculose Pecuária e a Higiene Pública, 1896 (de colaboração com o Dr. Sousa Martins); O Carbúnculo e as Vacinas Carbunculosas, 1898; Les Animaux Agricoles, 1900; L'Agriculture aux Açores et Madère, 1900; Abastecimento Urbano de Leite, 1914; Aproveitamento dos Salgados do Algarve, 1915; Doenças Internas não contagiosas dos animais domésticos, 1917; Doenças contagiosas e parasitárias dos animais domésticos, 1918; Professor Joaquim Inácio Ri-

beiro, 1916; Gados, 1929; Bois, Vacas e Vitelas, 1932; e Abastecimento de Carnes à Cidade de Lisboa, 1934.

Nos últimos anos da sua vida, após a aposentação, realizou uma notabilissima obra de divulgação agrícola e veterinária, sobretudo como colaborador dos jornais

Vanguarda, O Século, Diário de Noticias, Gazeta das Aldeias, Lavrador, etc.

Era sócio honorário da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e do Instituto de Coimbra e sócio correspondente da Academia Veterinária de França, da Sociedade Veterinária de l'Aube e da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. O Governo Português, premiando o seu labor científico, concedeu-lhe a comenda da Ordem de Santiago da Espada e o Grande Oficialato da Ordem de Mérito Agrícola; e por ocasião destas homenagens, a Câmara Municipal de Olhão deu o nome deste seu ilustre patrício à rua da vila onde ele nasceu (a antiga Rua Direita). Em homenagem póstuma a tão ilustre olhanense, o Ministério da Educação Nacional deu também o seu nome, em 1968, à Escola Preparatória do Ensino Secundário de Olhão.

VII

DR. ESTEVÃO DE VASCONCELOS

(1868-1917)

Médico e político, de seu nome completo José Estevão Pais de Vasconcelos, nasceu em Olhão a 13 de Novembro de 1868 e morreu em Lisboa a 15 de Maio de 1917. Era, por sua mãe, neto do Dr. Estevão Afonso, um dos mais prestigiosos olhanenses de todos os tempos, a que já nos referimos.

Formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1893, exerceu clínica, primeiro e durante alguns anos, em Vila Real de Santo António, e depois na capital do país, onde se dedicou também a estudos de higiene e profilaxia, tendo sobre esta matéria realizado notáveis conferências em várias instituições científicas, as quais publicou em 1902 sob o título de Algumas questões de higiene.

Professando desde muito novo ideias liberais, foi um dos mais acérrimos propagandistas do regime republicano, tendo feito parte do directório do Partido Republicano Português ainda na vigência do regime monárquico e dirigido o jornal A Vanguarda, órgão do mesmo partdo. Candidato a deputado em várias legislaturas, foi eleito em 1908 pelo círculo de Setúbal; implantada a República, elegeram-no também deputado às Constituintes de 1911 e depois senador pelo círculo de Beja. Ainda naquele último ano fez parte do governo presidido por João Chagas, sobraçando a pasta do Fomento. Depois, fundou e dirigiu o jornal A Pátria e colaborou assiduamente, durante alguns anos, no diário O Mundo. Mais tarde, o governo nomeou-o administrador da Caixa Geral de Depósitos, funções que desempenhou até morrer. E deve ainda assinalar-se que era da autoria deste ilustre olhanense, como parlamentar, a Lei de Acidentes no Trabalho que vigorou em Portugal até há relativamente poucos anos e que no seu tempo foi de grande alcance social e considerada das mais avançadas em todo o Mundo.

O Dr. Estevão de Vasconcelos tem em Lisboa e em várias localidades algarvias (e também já teve em Olhão, mas deixou de ter, não se sabe porquê...) ruas com o seu nome.

VIII

DR. JOSÉ MARIA DE PÁDUA (FILHO) (1873-1924)

Médico, músico e político de nomeada, o Dr. José Maria de Pádua nasceu em Olhão a 8 de Fevereiro de 1873 e morreu em Lisboa a 17 de Janeiro de 1924. Era filho do médico olhanense do mesmo nome, que se notabilizou igualmente como músico e foi figura de destaque na sua época e na sua terra natal, a que também

já anteriormente aqui nos referimos.

Formado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa com a tese Inserção viciosa da placenta, que com este mesmo título mais tarde publicou, estagiou seguidamente nas principais clínicas da França, Suiça e Alemanha, especializando-se em doenças cardíacas e pulmunares e em electroterapia; abriu depois consultório em Lisboa, onde adquiriu rapidamente grande reputação e vasta clientela e foi considerado um dos mais competentes clínicos do seu tempo. Como médico tomou parte em vários congressos, entre eles o Congresso Internacional de Medicina, efectuado

em Lisboa em 1906, onde apresentou alguns trabalhos de muito valor.

Acérrimo defensor das ideias liberais desde muito novo, filiou-se no Partido Republicano Português e nessa qualidade foi um dos mais entusiastas propagandistas da República no Algarve, onde se deslocou frequentemente em missão de propaganda, ainda na vigência do regime monárquico; foi até na sua propriedade de Olhão, conhecida por Horta do Pádua, que se eefctuaram os grandes comícios de propaganda republicana, entre eles o que antecedeu as eleições legislativas de 1910, dois meses antes da implantação da Repúblicana, Nestas eleições, o Dr. José Maria de Pádua foi o candidato a deputado mais votado em todo o Algarve; e em 1911 foi eleito, pelo circulo de Silves, deputado às Constituintes, tendo sido eleito senador ainda na mesma legislatura.

Foi também pianista e compostior musical de muito mérito e apreço, tendo fundado, em 1895, com Ilídio Amado, a primeira Tuna Académica de Lisboa. Entre as suas composições musicais destacam-se: Sabat Pater (elegia); Efemera (melodia para instrumentos de arco); Suite Sinfónica (em três andamentos), que constituiu um dos grandes êxitos dos célebres concertos do maestro Pedro Blanch, em Lisboa; e Hyno ao Algarve (orquestrado mais tarde pelo maestro tavirense Pavia de Magalhães, professor do Conservatório Nacional de Música), que foi executado pela primeira vez numa festa promovida pela Casa do Algarve no Teatro do Ginásio, em Lisboa,

em 8 de Março de 1931.

IX

MARCOS ALGARVE

(1875 - 1960)

Marcos Algarve é o pseudónimo literário com que se notabilizou e pelo qual exclusivamente foi conhecido Francisco Marques da Luz, romancista, jornalista, poeta e propagandista das ideias republicanas, nascido em 7 de Outubro de 1875 numa casa da Rua Formosa (actual Rua Gonçalo Velho), em Olhão.

De famílias modestas, Francisco Marques da Luz ainda frequentou, dos 5 aos 9 anos de idade, algumas escolas primárias particulares da sua terra natal (entre elas a Escola Republicana, que ali funcionou a partir de 1883-1884, mantida pelos republicanos locais com o patrocínio do Partido Republicano Português, que lhe forneceu o professor); mas, depois, teve de empregar-se no comércio, que seria sua ocupação profissional até à morte. Foi numa casa comercial de Portimão, vila onde tinha família e para onde os pais o mandaram com 10 anos incompletos de idade, que começou a ganhar o pão de cada dia; ali, porém, recebeu lições de um seu tio padre, que lhe ministrou as sólidas bases humanísticas da vasta cultura que, como auto-didacta servido por extraordinárias qualidades de inteligência, viria a adquirir no decorrer dos anos.

Em 1892, quando estava no apogeu a emigração olhanense para Angola, e ser africanista era a grande miragem da maior parte da gente nova de Olhão, Marques da Luz regressou à sua terra natal com a intenção de, mais dia menos dia, fazer-se também ao mar. Nessa altura relacionou-se ali, e conviveu intensamente, com alguns jovens estudantes que viriam a ser das figuras mais proeminentes de Olhão, como o futuro Dr. Carlos Fuzeta (com quem aprenderia, «em tardes de estudo, literatura portuguesa, metreficação e... política», como ele próprio diria mais tarde), e com outros olhanenses menos jovens, que já então pontificavam pela sua ilustração na sociedade local, como Lourenço do O, grangeando no meio grande simpatia e até certo prestígio, pela sua inteligência e mesmo pela invulgar cultura que, apesar da sua juventude, já revelava. Isto, porém, não impediu que, em 1893, com 18 anos incompletos, embarcasse na chalupa olhanense Florinda, do mestre José dos Reis, com mais quinze ou vinte emigrantes, na maioria filhos de boas famílias, a caminho das terras do sul de Angola, onde aliás não chegaria, pois ao aportarem a Cabinda, depois de uma viagem tormentosíssima, encontrou eli estabelecidos numerosos olhanenses e resolveu ficar com eles. Em Cabinda esteve seis anos, empregado primeiro na casa do Visconde de Cacongo, João José Rodrigues Leitão, e depois numa importante firma inglesa, onde aprendeu inglês, francês e espanhol, línguas que acabou por dominar perfeitamente.

Em 1899 regressou a Portugal e estabeleceu-se por conta própria em Portimão, onde casou e manteria a sua casa comercial até pouco antes de morrer. Foi então que se dedicou ao jornalismo e à propaganda das ideias republicnas, quer na Imprensa algarvia, quer na lisboeta e portuense, em que durante anos colaborou assiduamente com artigos de polémica política e religiosa, crítica filosófica e pedagógica, etc.; e então se relacionou também e conviveu intensamente com alguns vultos nacionais dos mais proeminentes dessa época, como Manuel Teixeira Gomes, Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno, João Penha, Brito Camacho, João de Menezes, Mayer

Garção, Ana de Castro Osório, Manuel da Silva Gaio, etc.

Em 1902 e 1903, de colaboração com o Dr. José Ribeiro Castanho, dirigiu o Almanaque do Algarve, sem dúvida uma das mais interessantes publicações do seu género editadas em Portugal; e no segundo daqueles anos publica também o seu primeiro livro de versos: Canções de Alguem, Em 1904 lança novo livro de versos: Entre um berço e um túmulo; três anos depois (1907) aparece o seu primeiro romance: Fruto Proibido, a que se segue, em 1909, um outro intitulado Vida Algarvia; e em 1912 dá à estampa terceiro livro de poesias: Visões Humanas. Nos doze anos seguintes, a sua actividade literária restringe-se à colaboração em vários jornais lisboetas, portuenses e algarvios, destacando-se entre estes O Heraldo, de Tavira; e em 1924 publica o livro Amor à francesa (novela), seguido em 1926 dos Mistérios da Praia da Rocha (romance) e em 1935 do Calvário Bendito (versos), que foi o seu último livro. O livro



Dr. Carlos Fuzeta



Com. Carlos da Maia



Dr. José de Pádua (Filho)



Cap. Carlos Mendonça

Amor à francesa provocou uma notável polémica entre Marcos Algarve e outro olhanense ilustre, o Dr. Francisco Fernandes Lopes, a qual durou nove meses e causou

grande celeuma em todo o Algarve.

Depois de 1935, Marcos Algarve limita-se a colaborar, com maior ou menor assiduidade, nos jornais algarvios, sobretudo no Correio do Sul, Comércio de Portimão, Noticias do Algarve e Correio Olhanense, sendo curiosissimas as crónicas que então naquele último publicou (em 1959) sob o título de Memórias da Mocidade, pelos preciosissimos pormenores que nos dão da vida olhanense dos tempos da sua infância e juventude. Naquele mesmo ano de 1959, já doente, mas perfeitamente lúcido e até intensificando a sua actividade como colaborador em vários jornais algarvios, entregou o seu estabelecimento comercial de Portimão aos filhos e foi residir para o Algueirão (Linha de Sintra), com uma das suas filhas, licenciada pela Universidade do Porto e directora de uma farmácia naquela localidde. Ali viria a falecer, quase inesperadamente, em 8 de Setembro de 1960.

DR. CARLOS FUZETA (1872-1948)

Jurisconsulto eminente, homem público notável e uma das mais prestigiosas figuras algarvias do seu tempo. Carlos Fuzeta na ceu em Olhão a 7 de Março de 1872 e faleceu na mesma Vila a 3 de Junho de 1948.

Filho de pais bastante humildes, mas da mais genuina grei dos homens do mar olhanenses, revelou excepcionais faculdades de inteligência logo nos bancos da escola primária da sua terra natal, onde fez os seus primeiros exâmes; e esta circunstância, e o grande desejo que igualmente bem cedo revelou de aprender e ilustrar-se, levaram a distinta e bondosa senhora, que era sua madrinha de baptismo, a facultar-lhe os meios, de que seus pais não dispunham, para prosseguir estudos secundários e superiores. Assim, feitos em Faro os preparatórios para a Universidade, matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra, onde se bacharelou depois, em 1901; e foi ali um aluno tão distinto, concluindo o seu curso com tanto brilho, que o convidaram para lente da Universidade, honra que declinou, para ir abrir banca de advogado na sua

terra natal, que muito amava e a cujo amor se conservaria fiel até à morte.

O facto de ir estabelecer-se definitivamente numa pequena terra de provincia não impediu, todavia, que o Dr. Carlos Fuzeta em breve se notabilizasse em todo o País pelas suas brilhantes qualidades de orador e jurisconsulto e sobretudo como conhecedor profundo do Direito Marítimo, em especial ainde dos problemas de delimitação de águas territoriais, e também de todos os problemas ligados à indústria das pescas; em 1915 foi, até, nomeado para representar o Governo Português na Conferência Internacional que reuniu em Madride com o objectivo da delimitação das nossas águas jurisdicionais e prestou, ali, naquela qualidade e de facto, altos serviços ao nosso País, pela forma brilhante e decisiva como defendeu os interesses de Portugal. A sua fama de grande advogado, aliada às suas reais qualidades e ao seu caber, fizeram mesmo do seu escritório em Olhão, a partir de certa altura e durante muitos anos, uma autêntica escola prática de jovens advogados, que o procuravam, para fazerem sob a sua égide o respectivo estágio profissional, e depois oferecendo-se como seus auxiliares, ali adquirindo os conhecimentos e a experiência que constituiriam, mais tarde, o verdadeiro segredo dos seus triunfos no fôro; como o seu

prestígio e os seus dotes de conversador primoroso (talvez fosse esta, até, uma das facetas mais brilhantes do seu talento) fizeram da sua casa em Olhão um autêntico salão literário-jurídico, onde se reuniam os seus admiradores e colegas, não apenas locais e regionais, mes idos ali propositadamente dos mais distantes pontos do País,

só pelo prazer de escutarem o seu ilustre anfitrião olhanense.

O prestígio assim alcançado na sua terra natal, na sua província e em todo o País levou-o várias vezes às assembleias legislativas nacionais, como deputado pelo Algarve, tanto ainda no regime monárquico, como depois no republicano; e levou-o igualmente, por duas vezes, à presidência da Câmara Municipal de Olhão, onde realizou obra muito notável de valorização da sua terra. Aliás, não foi apenas como presidente da edilidade olhanense que o Dr. Carlos Fuzeta contribuiu decisivamente para o engrandecimento e progresso de Olhão; como fundador e primeiro presidente da Direcção da Associação Comercial e Industrial de Olhão, realizou igualmente obra notável e que se repercutiu em toda a vida olhanense, podendo dizer-se, sem exagero que o grande desenvolvimento local das indústrias da pesca e conservas, sobretudo no período entre as duas grandes guerras, muito lhe ficou devendo. E a promoção social e cultural do meio olhanense deveu-lhe igualmente valioso contributo: desde muito novo, ainda estudante dos preparatórios para a Universidade, foi colaborador assíduo da Imprensa local em todos os géneros literários, incluindo a poesía, e manifestando sempre dotes de escritor primoroso; fez parte de tertúlias literárias e artisticas e colaborou em não poucas iniciativas culturais realizadas na sua terra; etc.

O nome do Dr. Carlos Fuzeta foi dado a uma rua da sua terra natal. E na casa onde viveu e morreu, encontra-se uma lápida de mármore, com expressiva legenda, ali colocada pela Câmara Municipal em 1952, por iniciativa de quem estas linhas

escreve.

XI

COMANDANTE CARLOS DA MAIA

(1878 - 1921)

Carlos da Maia, de seu nome completo José Carlos da Maia, que a história nacional dos últimos três quartos de século assinala como um dos Fundadores da República Portuguesa, nasceu em Olhão a 16 de Março de 1878 e morreu em Lisboa a 19

de Outubro de 1921.

Descendente de uma família muito humilde de operários, Carlos da Maia alistou-se na Armada em 2 de Dezembro de 1897 como simples marinheiro. Em 1900 era já, porém, guarda-marinha, e em Fevereiro de 1903 segundo tenente; em 18 de Setembro de 1910 é, depois, promovido directamente, e por distinção, a capitão-tenente, pois entretanto revelara-se como um dos mais competentes e distintos oficiais da Marinha

de Guerra Portuguesa.

Desde muito novo mostrou ideias avançadas para o seu tempo. Levado por elas tomaria parte activa em todas as tentativas feitas para derrubar o regime monárquico; ele foi, mesmo, o principal aliciador dos oficiais da Armada para a revolução que, em 4-5 de Outubro de 1910, implantou em Portugal o regime republicano, revolução em que teve, depois, acção proeminente, se não mesmo decisiva. Foi ele, por exemplo, quem, com os seus camaradas Ladislau Patrício e Sousa Dias e com os civis armados do Grémio Republicano de Alcântara, assaltou e tomou, depois de nutrido tiroteio, o Quartel dos Marinheiros, naquele popular bairro lisboeta e que era o principal

reduto monárquico; e apesar de ferido no assalto a esse quartel, foi ele sinda quem, nessa mesma noite de 4 para 5 de Outubro e num pequeno vapor da Alfándega, assaltou também o navio D. Carlos, surto no Tejo, e o tomou para os revoltosos,

depois de renhido combate.

Após a proclamação da República, Carlos da Maia foi eleito deputado às Constituintes (1911) e passou a tomar parte activa e igualmente de destaque na política do novo regime; durante o consulado de Sidónio Pais fez, mesmo, parte do Governo, como Ministro da Marinha, desenvolvendo uma acção notabilissima. Mas, apesar de tudo isso, na noite trágica de 19 de Outubro de 1921 — uma das nódoas mais negras da história do regime republicano no nosso País — Carlos da Maia foi barbaramente assassinado, com outros dos fundadores da República, pelos tripulantes da famigerada camioneta fantasma, que ensanguentaram as ruas de Lisboa e cobriram de opróbrio o País inteiro.

Olhão inscreveu há muito o nome deste ilustre olhanense, e verdadeiro mártir da demagogia política, numa das suas ruas, a antiga Rua das Lavadeiras, onde, ao que parece, ele nasceu.

XII

CAPITÃO CARLOS DE MENDONÇA

(1881 - 1938)

O Capitão João Carlos de Mendonça, que nasceu em Olhão a 5 de Abril de 1881, foi uma das mais notáveis figuras olhanenses de todos os tempos, sobretudo pela excepcional obra de engrandecimento da sua terra, que levou a cabo como Presidente da respectiva Câmara Municipal, obra que, no seu tempo, foi considerada sem igual em todo o País, e até verdadeiramente revolucionária, como então alguém lhe chamou nas páginas do grande jornal lisboeta Diário de Notícias.

Tendo cursado os preparatórios para a Universidade no Liceu de Faro e seguidamente no Seminário Episcopal de Coimbra, João Carlos de Mendonça resolveu
seguir a carreira das armas, e com essa intenção matriculou-se na Escola Politécnica
de Lisboa, de onde transitou para a Escola do Exército, cujo curso veio a comple.ar
com distinção. Promovido a alferes para a Arma de Cavalaria, foi logo nomeado,
por escolha, para instrutor da Escola Prática da mesma Arma, em Torres Novas,
onde revelou excepcioanis dotes não só para o ensino, mas também de cavaleiro.
Apaixonado pelo hipismo, disputou então, com êxito, vários concursos internacionais
e ganhou, com grande brilho, o Concurso Nacional de Cavalo de Guerra, tendo como
competidores os maiores cavaleiros portugueses do seu tempo.

Monárquico de crenças firmes desde sempre, passou voluntariamente à situação de licença ilimitada pouco depois do advento do regime republicano, sendo ainda tenente, e deixou assim o serviço activo do Exército, para se dedicar à administração das suas propriedades e ao comércio e indústria, na sua terra natal. Mas, na altura da entrada de Portugal na primeira Grande Guerra, foi chamado de novo às fileiras e promovido a capitão; colocado, então, no comando da Companhia da Guarda Nacional Republicana ao tempo aquartelada no Algarve, desempenharia essas funções até

ao Armisticio e por forma a merecer vários louvores.

Tendo passado à reserva finda a guerra, voltou para Olhão e para as suas anteriores ocupações no comércio e indústria, impondo-se em breve aos seus conterrâneos pelo seu aprumo moral e social, pelo seu carácter e honestidade e pelo seu amor à terra onde nascera e vivia, este manifestado por várias formas. Em fins de 1922 era já tão grande o seu prestígio em todo o Concelho de Olhão que, embora continuasse convicta e activamente monárquico e o País vivesse em pleno demagogismo republicano, foi por unanimidade eleito para Presidente de uma Câmara Municipal republicana, constituída por membros do Partido Republicano Democrático; e a forma como se houve no desempenho dessas funções, conseguindo unir todos os partidos políticos locais sob o signo do exclusivo interesse do Município, foi tão eficiente e notível, que o reelegeram depois, sucessivamente, até 1926, e o próprio movimento militar de 28 de Maio, e a ditadura que se lhe seguiu, mantiveram-no na presidência da Câmara, funções que exerceu até 7 de Março de 1935 e só deixou a seu pedido e por motivos imperiosos de saúde. De Novembro de 1931 a Junho de 1933 esteve, todavia, afastado da presidência da Câmara oficialmente (porque particularmente continuou a exercê-ia, de facto, por intermédio do respectivo Vice-Presidente em exercício...), mas para nesse espaço de tempo exercer as funções de Governador Civil do Algarve, em que

igualmente desenvolveu muito notável actividade.

Os doze anos da gerência municipal do Capitão João Carlos de Mendonça foram, incontestavelmente, os de maior e mais rápido progresso verificado talvez até hoje em Olhão: a primeira rede de esgotos, a primeira rede de abastecimento domiciliário de água, a primeira rede de iluminação eléctrica pública e particular, o calcetamento de todas as ruas da então já grande vila, as primeiras obras de alargamento das principais artérias, a remodelação e aformoseamento da Avenida da República e do hoje desaparecido Jardim João Serra (incluindo a construção dos célebres bancos com painéis de azulejos de mestre Jorge Colaço), a construção da Avenida Dr. Bernardino da Silva, a urbanização do chamado Mundo Novo, a fundação do Asilo dos Velhos (actual Centro de Assistência Social) e a construção do primeiro pavilhão do seu edifício, a glorificação em monumento dos heróis olhanenses de 1808, a fundação do Corpo de Bombeiros Municipais, as primeiras obras de remodelação dos Paços do Concelho, tudo isto e muito mais se deve à sua exclusiva iniciativa, tacto administrativo, actividade e dedicação, esta tão excepcional quanto é certo que, na realização de algumas daquelas obras, como a da electrificação, empenhou a sua própria fortuna pessoal. Dos ofhanenses de hoje (1987), só os com mais de 70 anos de idade podem de algum modo avaliar bem o que foi a obra grandiosa do Capitão João Carlos de Mendonça, pois só esses poderão ainda lembrar-se das ruas de Olhão do primeiro quartel deste século, em que os esgotos se reduziam a uma valeta que praticamente reunia e canalizava todos os despejos domésticos, do tempo em que a própria Avenida principal era atravessada por um caneiro de vaza e imundície e era um lamaçal tremendo, do cheiro nauzeabundo que pairava constantemente sobre a vila, se tornou conhecido em todo o País como cheiro de Olhão e para todos os portugueses foi a característica mais notória do que já era nesse tempo um dos principais centros industriais e comerciais de Portugal; o Consulado de João Carlos, como localmente ficou conhecido o período da sua passagem pela presidência do Município, pela sua obra de seaneamento, urbanização e aformoseamento, é que fez de Olhão a terra de aspecto civilizado e progressivo onde nasceram os olhaneness que têm agora menos de 50 anos de idade.

O Capitão João Carlos de Mendonça faleceu em Olhão em 23 de Abril de 1938 e está sepultado no cemitério local. Logo após a sua morte, o Município deu o seu nome à rua onde se situa a casa em que viveu e faleceu, e em 1969 concedeu-lhe, a título póstumo, a Medalha de Oiro de Dedicação. Naquela mesma casa, por iniciativa lançada por quem estas linhas escreve no jornat O Olhanense, foi em 1978 colocada uma lápida evocativa deste olhanense que muito amou a sua terra natal.

Museu do Trajo São Brás de Alportel Centro de Documentação

SEPARATA DE «A VOZ DE OLHÃO»

THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T

Composto e Impresso nas oficinas da
Empresa Litográfica do Sul, S. A.

— Vila Real de Santo António —

— 11 / 87

Museu do Trajo São Brás de Alportel Centro de Documentação



SEPARATAS DE «A VOZ DE OLHÃO»

- 1 A luta contra os franceses à Ponte de Quelfes por J. Fernandes Mascarenhas
- António Henrique Cabrita, nadador prestigiado por Fernando Cabrita
- 3 O Poeta João Lúcio Apontamento Biográfico por Antero Nobre
- 4 A População Olhanense Sua Origem e Evolução por Antero Nobre
- O Doutor Fernandes Lopes Apontamento Bio-bibliográfico por Antero Nobre
- 6 O Centenário do Nascimento do Cónego Monsenhor Dr. António Baptista Delgado por D. Ernesto Gonçalves Costa
- 7 Grutas de Cerro da Cabeça A «Gruta da Senhora», para possível aproveitamento turístico por um grupo de Jovens Espeleólogos
- 8 O Fenómeno da Simultaneidade em João de Deus por Fernando Cabrita
- 9 No Centená io do Nascimento do Dr. F. Fernandes Lopes por Mariana Amélia Machado Santos
- 10 Subcidios para uma Bibliografia Olhanense por Antero Nobre
- 11 A população de Moncarapacho no Século XVI, Livre e Escrava, Através de Rois de Confessados Inéditos por J. Fernandes Mascarenhas
- 12 O Bom Humor em João Lúcio por Fernando Cabrita
- 13 O Carnaval de Moncarapacho (Subsidios para a sua História) por J. Fernandes Mascarenhas
- 14 Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio? por Adérito Fernandes Vaz
- 15 Cronologia Geral da História de Olhão da Restauração por Antero Nobre
- 16 Acerca da antiguidade das freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e sua primitiva confraria por J. Fernandes Mascarenhas
- 17 Do Colete de Forças ao Fonógrafo Achegas para a compresensão da obra do médico algarvio Bernardino Adolfo e Silva (1856--1916), «A mínica, sua influência e emprego terapêutico» por Manuel Cadafaz de Matos
- 18 Dos novos intelectuais seguido de «Ai, Cultura» por Fernando Cabrita e Erika Castor Teixeira
- 19 Alguns Topónimos Algarvios por Adérito Fernandes Vaz
- 20 Doze olhanenses que muito honraram a sua terra por Antero Nobre